

Melo e Fogaça pedem confiança nos políticos. Suplicy quer referendo

Em um dia de debates sobre denúncias, Lauro não concorda com ética que elimina corruptos sem mexer com corruptores e Nabor faz apelo ao governo para que não discrimine o Acre



Pedro Simon

Projeto acelera processos sobre crimes funcionais

O julgamento dos crimes funcionais cometidos por agentes públicos poderá ter preferência sobre os demais processos em tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Pedro Simon. Ele quer evitar que os processos relativos a esses crimes caiam no esquecimento. **Página 6**

O senador Geraldo Melo defendeu ontem a união de todos os democratas em busca da recuperação da confiança nas lideranças políticas do país, que, conforme garantiu, não estão à venda, "por preço algum". Melo lamentou que a denúncia de compra de votos em apoio à emenda da reeleição acabe por colocar todos os parlamentares sob suspeita. Também o senador José Fogaça manifestou o seu receio de que o episódio envolvendo deputados do Acre divida os parlamentares, não entre os honestos e os desonestos, mas entre os que querem e os que não querem a reeleição. Ele

considerou inevitável a existência, no Congresso Nacional, de pessoas que não estejam à altura da instituição. Já o senador Eduardo Suplicy disse que o presidente da República só tem agora a alternativa de convocar um referendo para legitimar a mudança constitucional com a qual pretende introduzir a reeleição. O senador Lauro Campos, por sua vez, condenou a ética com a qual se pretende eliminar os corruptos sem mexer com os corruptores. O senador Nabor Júnior fez um apelo ao governo federal para que o Acre não seja prejudicado em função das denúncias. **Páginas 4 e 5**

CPI ouve hoje liquidante que autorizou banco a enviar dinheiro para o exterior

A CPI dos Precatórios se reúne hoje para interrogar Celso Macedo Possas, técnico do Banco Central que atuou como liquidante do Banco Vêtor e que autorizou essa instituição, mesmo sob intervenção, a enviar recursos para o exterior.

Ao dar essa informação, o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou que também hoje a comissão ouvirá o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que manifestou o desejo de contar tudo o que ouviu no Banco Central sobre a emissão de títulos de Santa Catarina.

Na época dessa emissão, em outubro de 1996, Kleinübing estava hospita-



Roberto Requião

lizado e chegou a telefonar para o senador Requião solicitando-lhe que apresentasse emendas ao pedido de emissão do governo catarinense. Essas emendas não foram aprovadas. Quando voltou ao Senado, Kleinübing foi o primeiro a alertar a instituição

para as irregularidades que estavam sendo praticadas com a emissão de títulos para pagar precatórios. Daí, surgiu a CPI.

O relator da comissão também informou que a primeira parte do seu relatório, a que aponta os crimes de responsabilidade, está pronta e aguardando o trabalho dos revisores. Ao final da próxima semana, ele enviará cópias desse documento para os governadores e prefeitos sob suspeita de irregularidade na emissão de títulos. Requião antecipou que seu relatório será volumoso e conterá provas, para que a Procuradoria Geral da República não tenha dificuldade na incriminação dos culpados.

Hollanda e Francelino debatem blocos

Os blocos comerciais Mercosul e Alca foram os temas de pronunciamentos dos senadores Joel de Hollanda e Francelino Pereira, ontem no plenário. **Página 3**

CAE examina projeto sobre reservas internacionais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar diversas matérias, entre elas projeto de lei do Senado que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira. Em caráter terminati-

vo, a CAE analisará projeto que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais.

Além disso, serão apreciados na mesma reunião o projeto de lei do Senado que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos e o projeto que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações.

A CAE votará ainda o parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) oferecido a solicitação do governo do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 125 milhões, destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado.

Eleição em novos municípios

O Senado deve apreciar hoje projeto que marca para o dia 15 de novembro deste ano a data de eleição de prefeitos e vereadores dos municípios criados entre 31 de dezembro de 1995 e 31 de agosto de 1996.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 11h - Recebe o embaixador do Japão, Chihiro Tsukada
15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado
18h - Recebe o ministro da Cultura, Francisco Correia Welfort

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: *PLC nº 20/97, que dispõe sobre a eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores dos municípios novos, criados até 31.08.96.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e *Ofício "S" nº 35/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 125 milhões, destinados a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

16h30 - CPI dos Precatórios

- Pauta: Reunião de trabalho e, em seguida, tomada de depoimento do liquidante do Banco Votorantim, Celso Macedo Possas. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- Quarta-feira (21.05.97)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 4/97, que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos.

- Quinta-feira (22.05.97)
14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

- Sexta-feira (23.05.97)
9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

- Quarta-feira (21.05.97)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 47/95,

que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96, que toma o voto facultativo; *PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; *PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; *PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa os diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 201/96, que cria a Bolsa-Cidadão; *PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS; e *PLS nº 16/96 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição dos senadores relatores dos projetos de resolução em investigação na CPI. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (22.05.97)

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião extraordinária)

Pauta: Exposição do presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Anfip), Álvaro Solon de França; do presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), Nelson Pedro Rogieri; e do diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Rui Brito de Oliveira Pedrosa, sobre a *PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; e *PLS nº 139/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Hollanda destaca relações Nordeste-Mercosul

Integração com países do novo mercado trouxe para os estados da região "estabilidade, otimismo e maior dinamismo". O senador defende, porém, maior participação nordestina

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) fez ontem um balanço dos negócios que a região Nordeste tem realizado no âmbito do Mercosul. Segundo disse, entre as vantagens e as possibilidades que se estão abrindo com o processo de integração, o bloco regional trouxe para a economia nordestina "mais otimismo, mais estabilidade e um maior dinamismo".

Joel de Hollanda afirmou que as exportações da região para o Mercosul aumentaram em 199%, passando de 141 milhões de dólares, em 1991, para 420 milhões de dólares, em 1995. Ele mencionou o "Convênio Nordeste", iniciativa da Vice-Presidência da República, do Itamaraty, do Sebrae e da Sudene, que têm incentivado a vinda, ao Nordeste, de missões empresariais, a organização de feiras e outras providências, "com crescente sucesso" para as relações da região com o Mercosul.

Apesar desse crescimento, informou, do total ex-



Joel de Hollanda portado pelo Brasil para países do Mercosul, entre

1990 e 1995, a presença nordestina caiu de 7,3% para 6,8%. Conforme o senador, é preciso que o governo central crie mecanismos para aumentar a participação da região no Mercosul: "O Nordeste tem demonstrado muito interesse na busca de novos instrumentos de promoção que

possibilitem uma maior participação de suas riquezas nas atividades do Mercosul".

Em aparte, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse que o Mercosul é de fundamental importância para o Brasil, e o Nordeste está sabendo aproveitar essa situação.

Francelino pede transcrição de discurso de FHC

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) encaminhou ontem requerimento à Mesa pedindo transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do presidente da República, proferido na abertura do III Foro Empresarial das Américas. A seu ver, Fernando Henrique Cardoso manifestou, de forma clara, a posição brasileira no contexto da criação da Área de Livre Comércio das Américas - Alca.

Segundo Francelino, um grande momento do pronunciamento presidencial foi a defesa do Mercosul. Fernando Henrique disse que o bloco continua sendo uma prioridade das políticas externa e



Francelino Pereira

comercial brasileiras. O senador destacou, no discurso, a necessidade de um esforço interno para que "o Brasil, fortalecido economicamente, possa assumir o desafio da integração continental e hemisférica".

O senador afirmou que, no seu discurso, o presidente destacou três pontos convergentes nas negociações: elas só serão tomadas por consenso; nada

estará decidido até que esteja fechado o pacote de negociações; e a referência básica para todos os entendimentos será a Organização Mundial do Comércio (OMC).

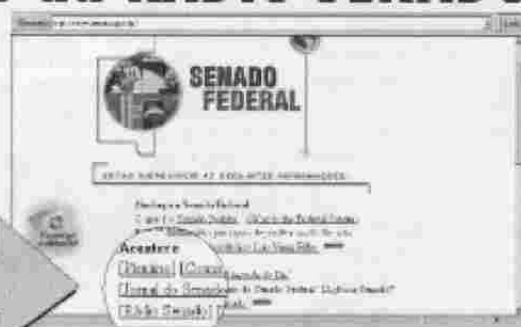
- O presidente lembrou que a Alca é uma plataforma de desenvolvimento, modernização e projeção das nossas economias e, dessa forma, depende de um maior preparo do país para esse salto qualitativo nas relações hemisféricas - ressaltou Francelino.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a posição do Brasil e demais países do Mercosul em relação à instalação da Alca e afirmou que era o que o país esperava.



O Informativo da RÁDIO SENADO
91,7 FM já está na
INTERNET

www.senado.gov.br





Ernandes Amorim

Prisão para quem desviou recursos anima Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) parabenizou ontem a Justiça e o Ministério Público de Rondônia pela prisão preventiva de 13 pessoas envolvidas no desvio de R\$ 1,4 milhão dos cofres públicos do estado. Segundo o senador, "é inédito e um exemplo que a Justiça proceda à prisão preventiva de diretores, empresários e secretários de governo, que, envolvidos em corrupção, vão ter que esperar pelo julgamento na cadeia".

- A gravidade do problema de corrupção em Rondônia é tão acentuada que, para tornar pública a sua decisão, o Ministério Público foi obrigado a divulgar nota oficial sobre os fatos, pois o assunto vinha sendo tratado de forma distorcida pela imprensa - disse.

Após ler o documento do Ministério Público, Ernandes Amorim esclareceu que Mário Calixto Filho, dono do principal jornal de Rondônia, Robson Oliveira, secretário de comunicação social do governo, Cleomar Eustáquio, publicitário da campanha eleitoral, e Amarildo Rocha, cunhado do governador Valdir Raupp, estão entre os 13 acusados por crimes de formação de quadrilha e peculato.

Amorim informou que o Tribunal de Contas do estado, em suas inspeções de rotina, constatou que o governo estadual contrariou acordo firmado com o governo federal, por meio do Programa de Ajuste Fiscal, para a privatização da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia).

Para Fogaça, venda de voto não compromete reeleição

Senador alerta para "uma duvidosa ética parlamentar que pretende destruir o que foi construído até agora com o argumento da moralidade"

O senador José Fogaça (PMDB-RS) criticou ontem os que desejam paralisar a votação da emenda da reeleição porque deputados do Acre teriam se vendido para aprová-la. "Se há deputados que se venderam, não foi só para a emenda que permite a recandidatura. Quem faz isso, vende voto até para requerimento de voto de pesar", afirmou o parlamentar.

Fogaça receia que a denúncia envolvendo os deputados acreanos acusados de vender votos divida os parlamentares, não entre os honestos e os desonestos, mas entre os que querem e os que não querem a reeleição. Em sua opinião, essa é uma questão de ética parlamentar que poderia "unir os que são contra a indecência, para combatê-la". Mas, o resultado poderá ser o contrário, a seu ver.

- Há uma duvidosa ética parlamentar que pretende desfazer o que foi construído até agora com o argumento da



José Fogaça

moralidade. Estão achando que um fato episódico é mais importante que a vontade do povo. E essa esperteza oportunista vai impedir que o Congresso se una na luta contra esses escroques e vigaristas - afirmou.

O senador considerou preocupante vincular a "esperteza de quem vende o voto" com o princípio da reeleição, e começou seu discurso apresentando algumas questões de lógica. Disse que o Brasil não vive numa ditadura, mas numa democracia; que o povo brasileiro não repudiou o princípio da reeleição, mas manifestou-se

favorável; que o plano de estabilização econômica está tendo êxito e melhorando a renda das classes mais pobres; e que nem todos os parlamentares são insuspeitos.

Em seguida, afirmou que é quase inevitável que no Congresso haja pessoas que não estejam à altura da instituição, entre elas os vendedores de votos. Ao comentar que essa é uma deformação humana estrutural enraizada na vida pública de qualquer país, Fogaça destacou que esse é também um fato vergonhoso que "precisa ser varrido no seu cerne".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apartou para dizer que o ministro Sérgio Motta, mencionado nas fitas gravadas com as conversas dos deputados sob suspeita, não pode viajar para o exterior sem antes vir explicar-se ao Legislativo. Marina Silva (PT-AC) disse que, com essa viagem, parece que o ministro está querendo escapar do centro do furacão.

Nabor faz apelo em favor de acreanos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que o Acre não seja prejudicado nas verbas orçamentárias em virtude das denúncias de envolvimento de deputados acreanos na compra de votos da emenda da reeleição.

Ele se mostrou preocupado com notas da imprensa que, a seu ver, procuram criar um clima de suspeição generalizada, capaz de provocar o refluxo de verbas já confirmadas no Orçamento federal.

- Se parte desses recursos é mal administrada, cabe ao governo e ao Judiciário impedir as irregularidades e punir os responsáveis; se alguma emenda for conspurcada pela suspeita de negociata, deve receber as restrições penais, morais e éticas; se um congressista não honrar o mandato, merece castigo severo e exemplar, mas o povo jamais poderá ser atingido e prejudicado - disse.

Na opinião de Nabor, a grande luta dos parlamentares acreanos, no desempenho de seus mandatos, é no senti-



Nabor Júnior

do de obter recursos para saneamento básico e implantação de rodovias, já que as carências locais são quase "absolutas" nessas áreas. "O povo do Acre não pode ser prejudicado por causa dos erros atribuídos a alguns destes representantes", considerou.

Melo aponta ameaça à democracia

“Lembrai-vos de 37”. A advertência do ex-presidente Café Filho é citada pelo senador, ao defender que se recupere a esperança nas lideranças políticas do país



Lauro Campos

Lauro quer ação contra corruptores

“Não concordamos com a ética em que se quer eliminar os corruptos e não se mexer nos corruptores.” Foi assim que o senador Lauro Campos (PT-DF) defendeu ontem a criação de uma CPI para investigar as denúncias de venda de votos de deputados em favor da emenda de reeleição para presidente, governadores e prefeitos.

—É preciso saber de onde veio o dinheiro destinado a pagar os deputados denunciados. É sobra de campanha ou adiantamento de gastos com futuras campanhas? — questionou.

Conforme Lauro Campos, “ético é concordar com a CPI. Se a reeleição vier com vício em sua origem, nunca será legítima a de Fernando Henrique”.

—Por que o alto preço de R\$ 200 mil para cada voto de deputado? Será que o governo está tão enfraquecido que precisa pagar tanto? O presidente Fernando Henrique, que já afirmou inexistir oposição, agora acha que está sendo ameaçado pela oposição — afirmou o senador.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) disse que “a história não absolverá as atitudes de Fernando Henrique em favor de sua reeleição. Atitudes para mudar a Constituição em proveito próprio”.

Ao destacar ontem a advertência reiterada inúmeras vezes pelo ex-presidente Café Filho - “Lembrai-vos de 37” -, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu que todos os democratas se dêem as mãos “para recuperar a esperança que precisa haver nas lideranças políticas do país” que, conforme garantiu, não estão à venda, “por preço algum”.

O cenário político é preocupante, na opinião do senador, porque tem dado margem a questionamentos sobre a democracia “ainda tenra” que o país foi capaz de criar, como o demonstram as cartas de leitores aos jornais, entusiasmas com o presidente do Peru e com seu desprezo pelo Parlamento.

Para a maioria, lamentou o senador, o Congresso Nacional é uma instituição cara que permite “a utilização marota de uma situação peculiar”. Dois ou três envolvidos no episódio



Geraldo Melo

de compra e venda de votos para apoiar a emenda da reeleição, segundo Geraldo Melo, colocam todos os colegas sob suspeição. Mas estes são motivo suficiente, disse, “para que se simplifiquem na Câmara os procedimentos e para que se realize a higiene de que o Congresso precisa, nos liberando do constrangimento de dizer que somos colegas deles”.

Por outro lado, Geraldo Melo frisou que democracia não é o “estado da bagunça e, sim, o estado de direito”. Os episódios da ocupação do ga-

binete do ministro Antônio Kandir, assim como as invasões de terras promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), representam, a seu ver, o descumprimento das regras do jogo democrático. “Se as regras escritas não são boas, cabe ao Poder Legislativo, por iniciativa própria ou do Executivo, alterá-las”, advertiu.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) salientou que democracia supõe poder político efetivamente democratizado. No Brasil, segundo acredita, o processo de concentração de capital impede que a democracia se enfraqueça, daí a extrema concentração da propriedade da terra e da renda. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por sua vez, advertiu que nunca se sabe como uma crise termina, de modo que, “se as autoridades não tomarem a si a responsabilidade que lhes compete, teremos algumas dificuldades”.

Para Suplicy, o presidente só tem agora a alternativa do referendo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem, em plenário, que “o presidente Fernando Henrique só tem agora a alternativa de convocar um referendo para legitimar a mudança constitucional” que introduz no Brasil a reeleição para presidente, governadores e prefeitos.

Suplicy leu artigo publicado na revista *Veja* desta semana pelo professor de História Luiz Felipe de Alencastro, no qual ele afirma que a Constituição prevê a alternativa de se convocar a população para decidir um assunto quando sua discussão se complica. “Há ainda tempo, de fato,



Eduardo Suplicy

para condicionar o voto parlamentar sobre a emenda da reeleição ao voto direto e soberano do eleitorado, a um referendo nacional. O procedimento será, talvez, mais longo. Mas será mais seguro. Afinal, na democracia, o caminho mais longo é sem-

pre o mais curto.”

O senador paulista leu ainda ensaio, publicado também na *Veja* desta semana, pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo, onde ele diz que a causa da reeleição abriu um flanco vulnerável na honorabilidade do governo. Para ele, Fernando Henrique Cardoso “foi seduzido” pela possibilidade de reeleição.

Suplicy pediu a transcrição nos Anais do Senado do editorial de primeira página da *Folha de S. Paulo* de domingo defendendo a instalação de uma CPI para investigar as denúncias de compra de votos.

Pedro Simon propõe rapidez no julgamento de crime funcional

Inúmeros casos de processos-crimes contra a administração pública se arrastam por anos e são suplantados por outros processos, diz senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei estabelecendo que o julgamento dos crimes funcionais cometidos por agentes públicos terá preferência sobre os demais processos em tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, não se admitindo qualquer excesso de prazo.

Segundo o senador, inúmeros casos de processos-crimes contra a administração pública se arrastam por anos e são suplantados por novos

processos que se instalam, transitam de uma instância para outra, caem no esquecimento e são arquivados por decurso dos prazos legais.

Pedro Simon disse que entre os casos mais recentes estão os que dizem respeito ao ex-presidente Collor e seu chefe de campanha, Paulo César Farias, aos chamados "anões do Orçamento" e aos denunciados na CPI dos Precatórios, "que ainda nem foi concluída no Senado". Ele lembrou que também o epi-

sódio da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição precisa ser visto com rapidez pela Justiça.

- É necessário acabar de vez com essa situação de inércia e desleixo com que vimos encarando essa situação de impunidade, caldo cultural ideal para o surgimento de casos de corrupção cada vez mais ousados e mais dispendiosos para o cidadão comum - defendeu o senador ao justificar a proposta.



Mauro Miranda

Mauro Miranda quer mais escolas agrícolas em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) dirigiu apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para a criação de novas escolas agrícolas em Goiás e melhoria das existentes, que devem ser mais bem equipadas e modernizadas. Segundo ele, a iniciativa contribuiria para manter crescentes os níveis de produção de alimentos da região.

Mauro citou como exemplo de instituição eficiente a Escola Agrotécnica Federal de Urutá, "uma autarquia que tem servido de referência nas políticas do MEC para o ensino rural". O senador afirmou que os técnicos em informática formados em Urutá irão assegurar um melhor planejamento agrícola e a modernização da produção no sudoeste goiano.

O senador destacou que Urutá mantém convênios com instituições congêneres em Formosa, Luziânia, Jussara, Catalão, Anápolis e Silvânia, em Goiás, e Arraias, em Tocantins, e afirmou que seu exemplo deve ser seguido por outras regiões goianas.

- É importante, necessário e imprescindível montar neste país uma estrutura educativa de base para dar apoio às atividades agrícolas de escala e a uma reforma agrária que possa realmente funcionar, em termos produtivos. Integrar e valorizar o jovem junto às suas raízes, reduzir o êxodo rural, disseminar tecnologias que aumentem a produção e criem novos empregos diretos e indiretos é investimento seguro e de grande retorno na redução da pobreza - disse.

Valmir Campelo considera que privatização da Vale desfaz temores

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) leu ontem artigo de sua autoria, publicado no último sábado (dia 17) pelo jornal *Correio Braziliense*, segundo o qual todos os argumentos contrários à venda da Vale se desfizeram depois de consumada a privatização da empresa.



Valmir Campelo

O senador ressaltou que o leilão foi vencido por um grupo de empresas com predominância absoluta do capital nacional, sob o comando da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "A participação estrangeira na nova composição acionária da Vale corresponde a 27%. Esse número sepulta a tese de que a soberania nacional sobre o subsolo do país e suas riquezas minerais estaria

comprometida."

Conforme o senador, o próprio fato de uma estatal arrematar a Vale é uma resposta à assertiva de que a privatização reduz empregos e agrava a crise social. "Antes de ser privatizada, a CSN estava à beira da insolvência. Hoje, desfruta de tal prosperidade que arremata em leilão uma das mais importantes empresas do mundo, vencendo concorrentes estrangei-

ros e nacionais poderosos."

Para Valmir, num mundo de intensa competitividade as parcerias são drasticamente procuradas. Na sua opinião, o Estado precisa estar voltado para suas funções fundamentais e intransferíveis como, por exemplo, educação básica, segurança e saúde pública.

- A geração de riqueza é a saída para combater a pobreza e o subdesenvolvimento. E está provado que o Estado não é - e nem foi criado para ser - gerador de riqueza. É o mercado quem a cria, gerando emprego e paz social. Ao Estado cabe o papel arbitral, igualmente indispensável para impedir distorções no mercado - acrescentou.

Projeto de Osmar institui no Senado comissão de agricultura

Novo órgão permanente também cuidaria, dentre outras questões, daquelas relativas ao abastecimento, à comercialização e à fiscalização dos produtos

O Senado Federal poderá contar com uma comissão permanente de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (CAR), se aprovado projeto que modifica o Regimento Interno da Casa apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

De acordo com o projeto, a comissão, de 19 membros titulares, teria como atribuições principais opinar sobre Direito Agrário, organização do ensino agrário e alienação e concessão de terras públicas. Trataria ainda do planejamento e execução de política agrícola, de pecuária,



Osmar Dias

de silvicultura e de abastecimento. Também seria de sua competência apreciar matérias que dizem respeito à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, à coordenação das atividades das cooperativas

e associações, além dos financiamentos e investimentos no setor.

A matéria retira do âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) todas essas atribuições regimentais. Ao justificar a proposta, Osmar Dias argumenta que estimativas do IBGE em fevereiro de 1997 indicam que o aumento da área plantada no país e o relacionamento com o setor financeiro exemplificam o quanto a agricultura constituiu-se numa área complexa, que está a merecer um tratamento mais específico por parte do Senado.



Guilherme Palmeira Palmeira vê em gás saída para Alagoas

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou que a decisão do ministro de Minas e Energia de assinar protocolo de intenções com o governo Divaldo Suruagy para exploração de gás natural em Alagoas "resgata a contribuição que o estado, no decurso de sua história, tem dado à questão do petróleo brasileiro".

De acordo com Palmeira, Alagoas, que na década de 50 festejou a descoberta de petróleo em seu território, na década de 60 viu retirar-se do estado a sede da Petrobrás, o que "acarretou implicações sérias na vida social, cultural e econômica da região".

- O protocolo de intenções assinado é uma esperança. Acredito nas atitudes e palavras do ministro e espero que, a partir delas, decorram iniciativas que tragam resultados positivos, firmados pelo compromisso de se atuar de maneira integrada para a promoção e aceleração do desenvolvimento sócio-econômico do estado de Alagoas - disse o senador.

Conforme Guilherme Palmeira, não é justo que Alagoas, sendo o segundo maior produtor de gás do Nordeste, "se veja tolhido do desenvolvimento tecnológico na exploração e no aproveitamento dessa riqueza e, pior ainda, assista à triste realidade de nada usufruir dela, perdendo-a em benefício de outras regiões".

Jonas Pinheiro destaca importância de Alta Floresta no desenvolvimento de Mato Grosso

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou ontem as comemorações pelos 21 anos de fundação da cidade de Alta Floresta, em Mato Grosso, assinalando que o município representa, atualmente, um pólo de desenvolvimento para a região.

NOVA FASE

Jonas Pinheiro informou que, após a fase de exploração do ouro, Alta Floresta retoma, agora, a cultura agrícola, com destaque para o guaraná, o café e o cacau. Segundo o senador, a agropecuária e a comercialização de madeiras nobres também têm contribuído

para o desenvolvimento daquele município.

O senador elogiou o trabalho do prefeito Vicente da Riva, seu suplente no Senado Federal, destacando também o "papel de desbravador" de Ariosto Riva, um dos fundadores da cidade e de outros municípios de Mato Grosso.

ENERGIA

Jonas Pinheiro disse que a inauguração, no domingo, do linhão de energia elétrica, ligando Sinop a Alta Floresta, foi um marco importante para o desenvolvimento do município. Além do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, participaram da solenidade parlamentares, represen-



Jonas Pinheiro

tantes da Eletrobrás, da Eletronorte e do governo de Mato Grosso.

O senador previu que a construção da futura hidrovia no rio Tapajós, a partir da junção dos rios Juruena e Teles Pires, na serra do Cachimbo, até a cidade de Santarém, no Pará, vai ser fundamental para a exportação dos produtos da região.

Patrocínio pede investimentos nas ZPEs

Aplicação de recursos em Zonas de Processamento de Exportação proporciona o equilíbrio da balança comercial e reduz o número de desempregados no país, segundo o senador

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse ontem que o governo federal deve investir nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), para equilibrar o déficit da balança comercial, gerar empregos e, conseqüentemente, diminuir o número de desempregados no país.

Para ele, é importante que o Senado se debruce sobre o projeto de autoria do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que está tramitando na Casa, dispondo sobre a criação daque-



Carlos Patrocínio

las áreas e seus regimes cambial, de tributação e de administração.

Na opinião de Carlos Patrocínio, as ZPEs repre-

sentam um fator primordial para o desenvolvimento de algumas regiões. Ele lamentou, entretanto, que, embora o governo tenha criado dezoito dessas zonas, poucas saíram do papel. Dentre elas, destacou a do Tocantins como uma das mais avançadas no país.

SEMINÁRIO

Carlos Patrocínio informou que será realizado, nos próximos dias 27 e 28, no Auditório Petrônio Portella, um seminário sobre a dívida dos estados e dos

municípios. O encontro, de acordo com o senador, terá a participação de governadores e secretários de todos os estados, que virão discutir o Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos estados e municípios.

Segundo o senador, um encontro com esse objetivo foi realizado em 1995, e, naquela oportunidade, os participantes concordaram em que o Senado deveria abordar a questão a cada ano, o que, no entanto, não aconteceu em 1996.

Custo de sorteio por telefone deverá ter preço destacado

Projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que torna obrigatório o destaque, na forma de áudio e vídeo, dos preços de prestação de serviços ao consumidor, bem como a participação em sorteios, por meio de telefone, foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (CCJ) do Senado. Depois de decorrido o prazo para recursos em plenário, a matéria será, agora, apreciada pela Câmara dos Deputados.

Na justificativa, o autor da proposta refere-se "às altíssimas contas telefônicas decorrentes de serviços prestados ao consumidor por telefone, tais como *dis-*

que-amizade, disque-samba e disque-paquera, entre outros". Segundo Machado, as empregadas domésticas e os filhos menores são os maiores usuários desses serviços, sem terem geralmente o consentimento dos patrões ou dos pais. O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador José Bianco (PFL-RO).



Sérgio Machado

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, CARLOS PATROCÍNIO E BENI VERAS E PELA SENADORA MARINA SILVA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: Domingos Mourão Neto

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação: Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão: Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.